



SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara

CNPJ nº 61.699.567/0004-35
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Geral de Pirajussara.**

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2015 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2016. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.**

| Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios | | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 2015 | 2014 |
| ATIVO | | |
| Ativo Circulante | 164.592.771,29 | 129.590.250,20 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1) | 4.218.728,33 | 5.111.348,49 |
| Bancos conta movimento (nota 3.1) | 17.644,89 | 1.234.738,01 |
| Aplicações Financeiras (nota 3.2) | 4.201.083,44 | 3.876.610,48 |
| Clientes (3.3) | 157.760.987,50 | 121.509.403,13 |
| Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo - Hospital Pirajussara (nota 3.3.1) | 120.240.000,00 | 84.953.988,00 |
| Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2) | 20.002.356,50 | 19.036.784,13 |
| Valores em Negociação - Contrato Convênio (nota 3.3.3) | 17.518.631,00 | 17.518.631,00 |
| Outros Créditos (nota 3.4) | 765.169,69 | 764.119,77 |
| Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1) | 410,34 | 0,00 |
| Antecipação salarial (nota 3.4.2) | 34.794,84 | 30.969,91 |
| Antecipação de férias (nota 3.4.2) | 416.326,96 | 497.788,02 |
| Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3) | 41.727,92 | 107.878,72 |
| Depósito judicial (nota 3.4.4) | 271.909,63 | 127.483,12 |
| Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.4.5) | 12.190,52 | 14.072,69 |
| Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.4.5) | 12.190,52 | 14.072,69 |
| Estoques (nota 3.5) | 1.835.695,25 | 2.191.306,12 |
| Hospital Geral do Pirajussara (nota 3.5) | 1.835.695,25 | 2.191.306,12 |
| Ativo não Circulante | 3.499.637,08 | 88.571.642,59 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 0,00 | 84.953.988,00 |
| Despesas / Custos do Exercício Seguinte | 0,00 | 0,00 |
| Valores a receber (nota 3.6) | 0,00 | 84.953.988,00 |
| Depósito Judicial | 0,00 | 0,00 |
| Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7) | 3.499.637,08 | 3.617.654,59 |
| - Bens Móveis | 3.499.637,08 | 3.617.654,59 |
| Hospital Geral do Pirajussara (nota 3.7) | 26.111.472,11 | 24.915.542,13 |
| Ajuste vida útil - bens terceiros - Hospital Geral Pirajussara (nota 3.7.1) | (22.611.835,03) | (21.297.887,54) |

| Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | 2015 | 2014 |
| PASSIVO | | |
| Passivo Circulante | 161.688.951,42 | 126.190.796,34 |
| Fornecedores (nota 3.8) | 1.493.287,15 | 3.910.099,33 |
| Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (nota 3.9) | 1.822.691,82 | 1.806.249,01 |
| Salários a pagar (nota 3.10) | 3.199.065,37 | 3.514.248,63 |
| Contribuições a recolher (nota 3.11) | 5.748.949,85 | 5.222.640,37 |
| Provisão de férias (nota 3.12) | 5.972.640,46 | 6.265.432,13 |
| Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12) | 477.811,24 | 501.234,57 |
| Provisão para 13º salário | 0,00,00 | 0,00,00 |
| Provisão FGTS sobre 13º salário | 0,00,00 | 0,00,00 |
| Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias | 0,00,00 | 0,00,00 |
| Provisão de despesas com quitações (nota 3.13) | 20.002.356,50 | 19.036.784,13 |
| Impostos a recolher (nota 3.14) | 1.032.176,88 | 1.220.030,22 |
| Obrigações Tributárias (nota 3.15) | 195.316,73 | 145.372,80 |
| Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.17) | 99.508,24 | 138.397,76 |
| Acordo Trabalhista a pagar Contingências trabalhistas | 77.238,56 | 1.000,00 |
| Outras contas a pagar (nota 3.18) | 944.184,72 | 1.825.186,25 |
| Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.19) | 864.500,17 | 598.992,44 |
| Outros valores de terceiros (nota 3.19) | 435,58 | 43.193,58 |
| Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.20) | 119.758.788,15 | 81.961.935,12 |
| Passivo não Circulante | 6.403.456,95 | 91.971.096,45 |
| Provisão de Despesa Processos Cíveis (nota 3.21) | 2.882.512,56 | 3.378.146,55 |
| Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 3.21) | 21.307,31 | 21.307,31 |
| Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.22) | 26.111.472,11 | 24.915.542,13 |
| Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (3.22) | (22.611.835,03) | (21.297.887,54) |
| Valores de Terceiros | 0,00 | 84.953.988,00 |
| Total do Passivo | 168.092.408,37 | 218.161.892,79 |
| Patrimônio Líquido (Nota 5) | 0,00 | 0,00 |
| Reservas de reavaliação | 0,00 | 0,00 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP) | 0,00 | 0,00 |
| Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial AAP no exercício | 0,00 | 0,00 |
| Resultado do Exercício Anterior | 0,00 | 0,00 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Resultados de exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Resultado no período - Superávit / Déficit | 0,00 | 0,00 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | 168.092.408,37 | 218.161.892,79 |

Total do Ativo 168.092.408,37 218.161.892,79

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 - Valores em Reais

comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Artigo 5º do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (Artigo 5º do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (Artigo 25 XIX e Artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (Artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (Artigo 19 V do Estatuto Social). **1.2 - Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **1.3 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu Artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao Artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, beneficiários ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2015, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das de-

| Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Descrição | | |
| Receitas Operacionais com Restrições - Afiliadas | | |
| Receita Bruta de Serviços | | |
| Prestados com Restrições | 105.391.722,14 | 110.121.927,09 |
| Secretaria de Saúde do Estado (nota 4.1) | 105.360.782,97 | 110.121.927,09 |
| Trabalhos Voluntários | 30.939,17 | 0,00 |
| (=) Receita Líquida de Serviços | 105.391.722,14 | 110.121.927,09 |
| Prestados com Restrições | | |
| (+) Outras Receitas com Restrições - Afiliadas | 20.906.856,38 | 22.710.741,31 |
| Outras Receitas | 845.303,39 | 427.911,24 |
| Descontos Recebidos | 0,00 | 20.104,70 |
| Financeiras | 742.997,61 | 733.872,92 |
| Doações Recebidas (nota 4.3) | 607.374,76 | 175.791,68 |
| Ganhos de capital | 0,00 | 0,00 |
| Isenção usufruída - INSS | | |
| Serviços Próprios (nota 10.1) | 15.022.497,93 | 17.660.816,80 |
| Isenção usufruída - INSS | | |
| Serviços Terceiros (nota 10.2) | 527.859,20 | 388.586,17 |
| Isenção usufruída - COFINS (nota 10.3) | 3.160.823,49 | 3.303.657,80 |
| (=) Receita Líquida com Restrições - Afiliadas | 126.298.578,52 | 132.832.668,40 |
| (-) Custos dos Serviços | | |
| Prestados com Restrições (nota 4.2) | 84.635.432,90 | 89.052.362,41 |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio | 50.865.076,91 | 57.103.682,44 |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Física | 2.628.296,00 | 1.922.002,84 |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica | 17.915.284,02 | 14.010.081,19 |
| (-) Manutenção e Conservação | 632.020,18 | 1.380.883,56 |
| (-) Mercadorias | 12.487.205,21 | 14.635.423,84 |
| (-) Financeiras | 158,10 | 222,32 |
| (-) Outras Despesas | 107.257,12 | 0,00 |
| (-) Tributos | 135,36 | 66,22 |
| (=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições | 41.663.145,62 | 43.780.305,99 |
| (-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 4.2) | 22.951.965,00 | 22.427.245,22 |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio | 15.049.672,01 | 15.032.767,75 |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Física | 11.000,00 | 0,00 |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica | 4.710.579,33 | 4.689.127,84 |
| (-) Manutenção e Conservação | 2.323.466,73 | 1.912.593,24 |
| (-) Mercadorias | 837.583,21 | 652.165,58 |
| (-) Financeiras | 49.146,88 | 49.821,85 |
| (-) Outras Despesas | 101.130,56 | 25.204,62 |
| (-) Tributos | 40.708,23 | 44.636,34 |
| (-) Trabalhos Voluntários | 30.939,17 | 0,00 |
| (-) Outras Despesas com Restrições (nota 10) | 18.711.180,62 | 21.353.060,77 |
| (-) Isenção usufruída - INSS | | |
| Serviços Próprios (nota 10.1) | 15.022.497,93 | 17.660.816,80 |
| (-) Isenção usufruída - INSS | | |
| Serviços Terceiros (nota 10.2) | 527.859,20 | 388.586,17 |
| (-) Isenção usufruída - COFINS (nota 10.3) | 3.160.823,49 | 3.303.657,80 |
| (=) Superávit/Déficit do Período com Restrições | 0,00 | 0,00 |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Período - Valores em Reais | | |
| | 2015 | 2014 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultados do exercício/período | 0,00 | 0,00 |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | | |
| Depreciação e amortização | 0,00 | 0,00 |
| Resultado na venda de ativos permanentes | 0,00 | 0,00 |
| Ajuste nas contas patrimoniais | 0,00 | 0,00 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| (Aumento) Redução em contas a receber | 48.703.235,88 | (173.303.832,12) |
| (Aumento) Redução em estoques | 621.118,60 | 622.171,94 |
| Aumento (Redução) em fornecedores | (2.314.266,36) | 2.464.123,73 |
| Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões | (47.902.708,28) | 169.570.458,69 |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros | (118.017,51) | 224.507,41 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais (1.010.637,67) | (422.570,35) | (422.570,35) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| (-) Compras de imobilizado | 0,00 | 0,00 |
| (-) Adição de Bens de Terceiros | 118.017,51 | (224.507,41) |
| (-) Adição de bens intangíveis | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos | 118.017,51 | (224.507,41) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Empréstimos tomados | 0,00 | 0,00 |
| (-) Pagamentos de empréstimos/debêntures | 0,00 | 0,00 |
| Juros pagos por empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos | 0,00 | 0,00 |
| Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa | (892.620,16) | (647.077,76) |
| No início do período | 5.111.348,49 | 5.758.426,25 |
| No final do período | 4.218.728,33 | 5.111.348,49 |
| Demonstração do Valor Adicionado do Período - Valores em Reais | | |
| | 2015 | 2014 |
| 1 - Receitas | 125.555.580,91 | 132.098.795,48 |
| 1.1) Prestação de serviços | 105.360.782,97 | 110.121.927,09 |
| 1.2) Subvenções e outras receitas operacionais | 0,00 | 0,00 |
| 1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas dos Exercícios Anteriores | 1.452.678,15 | 623.807,62 |
| 1.4) Isenção usufruída sobre contribuições | 18.742.119,79 | 21.353.060,77 |
| 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI) | 40.601.046,07 | 37.721.244,83 |
| 2.1) Matérias-primas consumidas | 157,60 | 1.092,40 |
| 2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d | 13.324.630,82 | 15.286.497,02 |
| 2.3) Serviço de terceiros e outros | 27.276.257,65 | 22.433.655,41 |
| 2.4) Perda / Recuperação de valores ativos | 0,00 | 0,00 |
| 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) | 84.954.534,84 | 94.377.550,65 |
| 4 - Retenções | 0,00 | 0,00 |
| 4.1) Depreciação, amortização e exaustão | 0,00 | 0,00 |
| 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) | 84.954.534,84 | 94.377.550,65 |
| 6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência | 742.997,61 | 733.872,92 |
| 6.1) Receitas financeiras | 742.997,61 | 733.872,92 |
| 7 - Valor Adicionado Total (5+6) | 85.697.532,45 | 95.111.423,57 |
| 8 - Distribuição do Valor Adicionado | 85.697.532,45 | 95.111.423,57 |
| 8.1) Pessoal e encargos | 65.914.748,92 | 72.136.450,19 |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | 40.843,59 | 44.702,56 |
| 8.3) Juros | 55.431,54 | 75.248,79 |
| 8.4) Aluguéis | 944.388,61 | 1.501.961,26 |
| 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições | 18.742.119,79 | 21.353.060,77 |
| 8.6) Lucros retidos / prejuízo do período | 0,00 | 0,00 |

continua

continuação monstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara** - Avenida Ibirama, nº 1.214 - Vila Pirajussara, Taboão da Serra - SP - CEP 06785-300 - CNPJ nº 61.699.567/0004-35; **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CFC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

| | R\$ | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Caixa e Saldos em Bancos | 17.644,89 | 1.234.738,01 |
| Aplicação Financeira de Curto Prazo | 4.201.083,44 | 3.876.610,48 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4.218.728,33 | 5.111.348,49 |

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2015 o montante de R\$4.218.728,33 demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

| Instituição Financeira | Tipo de Aplicação | Rentabilidade % no Mês | Saldo Em 31/12/2015 |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|
| Banco do Brasil | CDB/RDB | 0,90% | R\$ 3.942.468,76 |
| Banco do Brasil | Poupança | * | R\$ 258.614,68 |
| Total | | | R\$ 4.201.083,44 |

* a rentabilidade da poupança está atrelada às regras do sistema financeiro nacional. **3.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga de desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2015, representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão origem nº 001.0500.000.074/2011, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado, totalizaram R\$ 120.240.000,00 (Cento e vinte milhões duzentos e quarenta mil reais). **3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre SPDM e SES/SP. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2015, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme demonstrado no quadro abaixo.

| Descrição | 31.12.2015 |
|--------------------------------|--------------------------|
| Estimativa Rescisão Contratual | |
| Aviso Prévio Indenizado | R\$ 6.367.651,20 |
| Multa 50% FGTS | R\$ 13.634.705,30 |
| Total | R\$ 20.002.356,50 |

3.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da Instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamentos a fornecedores, compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente e outros valores a receber, cujo o saldo em 31.12.2015 é de R\$ 410,34. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no Artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos:** O respectivo saldo representa R\$ 41.727,92 em 31.12.2015 e representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4 - Depósitos Judiciais:** O respectivo saldo representa R\$ 271.909,63 em 31.12.2015 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes a ações civis e trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre o Status das ações judiciais, trimestralmente. **3.4.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo em 31.12.2015 é de R\$ 12.190,52. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de es-

toques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2015 é de R\$ 1.835.695,25.

| Tipo | Valores em Reais | |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Materiais do setor de Nutrição | 97.253,03 | 102.714,36 |
| Materiais do setor de Farmácia | 415.943,10 | 538.356,38 |
| Materiais de Almoarifado | 774.916,42 | 984.041,20 |
| Materiais de Terceiros | 547.582,70 | 566.194,18 |
| Total | 1.835.695,25 | 2.191.306,12 |

Demonsrativo da Movimentação do Imobilizado em 2015

| Descrição | Posição em 31/12/2014 | Aquisição | Baixa | Posição em 31/12/2015 |
|---|------------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|
| Imobilizado-Bens de Terceiros | 24.915.542,13 | 1.195.929,98 | 0,00 | 26.111.472,11 |
| Bens Móveis | 24.915.542,13 | 1.195.929,98 | 0,00 | 26.111.472,11 |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais | 18.529.438,31 | 532.202,70 | 0,00 | 19.061.641,01 |
| Equipamentos Processamento de Dados | 1.928.553,31 | 80.116,80 | 0,00 | 2.008.670,11 |
| Mobiliário em Geral | 1.615.217,57 | 503.049,73 | 0,00 | 2.118.267,30 |
| Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos | 647.002,35 | 53.165,80 | 0,00 | 700.168,15 |
| Veículos de Tração Mecânica | 118.694,97 | 0,00 | 0,00 | 118.694,97 |
| Aparelhos de Medição | 71.727,14 | 0,00 | 0,00 | 71.727,14 |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | 44.210,60 | 0,00 | 0,00 | 44.210,60 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 537.580,16 | 22.745,95 | 0,00 | 560.326,11 |
| Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial | 342.357,86 | 0,00 | 0,00 | 342.357,86 |
| Máquinas e Equipamentos Energéticos | 96.955,70 | 0,00 | 0,00 | 96.955,70 |
| Máquinas e Equipamentos Gráficos | 19.379,00 | 0,00 | 0,00 | 19.379,00 |
| Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto | 135.131,22 | 0,00 | 0,00 | 135.131,22 |
| Máquinas e Utensílios de Escritório | 9.599,15 | 0,00 | 0,00 | 9.599,15 |
| Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina | 43.305,34 | 4.649,00 | 0,00 | 47.954,34 |
| Outros Materiais Permanentes | 158.109,45 | 0,00 | 0,00 | 158.109,45 |
| Software | 618.280,00 | 0,00 | 0,00 | 618.280,00 |
| Total Imobilizado - Terceiros | 24.915.542,13 | 1.195.929,98 | 0,00 | 26.111.472,11 |
| Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros | (19.572.902,43) | 0,00 | (3.038.932,60) | (22.611.835,03) |
| Bens Móveis | (19.572.902,43) | 0,00 | (3.038.932,60) | (22.611.835,03) |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais | (14.854.814,54) | 0,00 | (1.917.755,64) | (16.772.570,18) |
| Equipamentos Processamento de Dados | (1.809.196,01) | 0,00 | (108.994,73) | (1.918.190,74) |
| Mobiliário em Geral | (1.160.823,58) | 0,00 | (360.869,17) | (1.521.692,75) |
| Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos | (453.987,23) | 0,00 | (68.889,43) | (522.876,66) |
| Veículos de Tração Mecânica | (118.694,97) | 0,00 | 0,00 | (118.694,97) |
| Aparelhos de Medição | (62.920,63) | 0,00 | (4.421,05) | (67.341,68) |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação | (34.307,11) | 0,00 | (8.236,08) | (42.543,19) |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | (418.567,51) | 0,00 | (36.428,95) | (454.996,46) |
| Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial | (297.185,00) | 0,00 | (13.614,48) | (310.799,48) |
| Máquinas e Equipamentos Energéticos | (96.955,70) | 0,00 | 0,00 | (96.955,70) |
| Máquinas e Equipamentos Gráficos | (19.379,00) | 0,00 | 0,00 | (19.379,00) |
| Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto | (90.655,55) | 0,00 | (18.151,94) | (108.807,49) |
| Máquinas e Utensílios de Escritório | (4.500,92) | 0,00 | (726,72) | (5.227,64) |
| Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina | (41.995,23) | 0,00 | (1.652,07) | (43.647,30) |
| Outros Materiais Permanentes | (108.919,45) | 0,00 | (9.265,68) | (118.185,13) |
| Software | 0,00 | 0,00 | (489.926,66) | (489.926,66) |
| Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros | (19.572.902,43) | 0,00 | (3.038.932,60) | (22.611.835,03) |

3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

3.8 Fornecedores: As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviço de Terceiros PFP/PJ:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. Com referência ao PIS, a unidade gerenciada está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês, desta forma a unidade reconhece os mesmos em suas Demonstrações, provisionando para assim obedecer aos princípios contábeis e com base em entendimento ao CPC 25. **3.12 - Provisão de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. Em 2015 o saldo total de Provisão de Férias do Hospital Geral de Pirajussara foi de R\$ 5.972.640,46, e Provisão de FGTS sobre Férias foi de R\$ 477.811,24. **3.13 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. (Vide Nota 3.2). **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 15 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2015 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 195.316,73 e em 2014 foi de R\$ 145.372,80.

3.16 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17 - Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2015 foi de R\$ 99.508,24. **3.18 - Outras Contas a Pagar:** Estes se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.19 - Materiais de Terceiros em nosso Poder:** Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.20 -**

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.6 - Valores a Receber - (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta, representam valores a receber de longo prazo, no exercício de 2015 o Hospital Geral de Pirajussara não possui valores a receber à longo prazo, devido os mesmos já estarem registrados em valores à curto prazo. **3.7 - Imobilizado:** O imobilizado do Hospital Geral de Pirajussara é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Convênios/ Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante): De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão / Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2015 representa R\$ 119.758.788,15. **3.21 - Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2015 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 10.093.799,85. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2015, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aqueles cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.878.678,51. Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2015, possuímos contingências ativas sendo: Processo Tributário nº 0001474-10.2006.403.6100 no valor de R\$ 2.042.260,10; e outros processos cíveis (Processo nº 0005198-59.2008.8.26.0609 nº 0012076-28.2014.8.26.0176) no montante de R\$ 506.800,00.

Passivo Contingência - 2015

| Provável | Trabalhista | | Remota |
|--------------|---------------|--------------|--------|
| | Possível | Cível | |
| 21.307,31 | 1.878.678,51 | | 0 |
| Provável | Possível | Remota | |
| 2.882.512,56 | 10.093.799,85 | 0 | |
| Tributária | | Remota | |
| Provável | Possível | | |
| 0,00 | 0,00 | 2.042.260,10 | |

3.22 - Bens de Terceiros: O imobilizado de uso da unidade gerenciada é composto por bens de terceiros e são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos documentos de cessão de uso. (Vide Nota 3.7) **3.23 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade da Filial Hospital Geral de Pirajussara estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para PIS. **3.24 - Ajustes de Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2015 alguns lançamentos tendo como contrapartida direta as contas de resultado. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à recuperação de despesas ou receitas de exercícios anteriores, atualizações monetárias ou juros que afetaram diretamente o resultado. **3.25 - Contas de Compensação:** Em 2014, os saldos pertencentes às contas de compensação foram transferidos para as contas de ativo e passivo não circulante. As contas de compensação foram **continua**

continuação criadas para abrigar o controle de bens de terceiros, atualmente classificados para o grupo de imobilizado, com contrapartida em conta específica do passivo não circulante (bens de terceiros). **3.26 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origens e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2015 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 607.374,76, doações estas que são pertinentes a Bens de pequeno valor e mercadorias. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2015, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

| Contratos / Convênios / TA'S Vigentes em 2015 | | | |
|---|--------------------|--------------------------------|--------------------------|
| Unidade | CNPJ | Numero do Contrato | Valor Global do Contrato |
| Hospital Geral de Pirajussara | 61.699.567/0004-35 | 01.0500.000074/2011 - TA 01/15 | R\$ 103.371.624,00 |
| Hospital Geral de Pirajussara | 61.699.567/0004-35 | 01.0500.000074/2011 - TA 02/15 | R\$ 0,00 |
| Hospital Geral de Pirajussara | 61.699.567/0004-35 | 01.0500.000074/2011 - TA 03/15 | 4.500.000,00 |
| Total Repasse | | | 107.871.624,00 |

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15a), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015, respectivamente. **7 - Resultado do Exercício:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG

07 R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Em 2015, a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 109.006.801,14 (Cento e nove milhões, seis mil oitocentos e um reais, e quatorze centavos) e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 107.556.547,32 (Cento e sete milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 1.450.253,82 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e cinquenta e três reais, e oitenta e dois centavos), demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato / Convênio. Esse superávit ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato de gestão. **8 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Hospital Geral de Pirajussara apresentou a seguinte produção em 2015:

| | 1º Semestre | | 2º Semestre | | SUS |
|--|-------------|---------|-------------|---------|---------|
| | Contra- | Realiz- | Contra- | Realiz- | Total |
| | tado | zado | tado | zado | 2015 |
| Linhas de Atendimento | | | | | |
| Internações | | | | | |
| Saída Hospitalar | | | | | 14.122 |
| Saída Hospitalar | | | | | 14.223 |
| Nº de paciente dia | | | | | 77.014 |
| Nº de Cirurgias | | | | | 7.133 |
| Nº de Partos | | | | | 3.526 |
| Diárias de UTI - Total | | | | | 9.729 |
| Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência) | | | | | 28.005 |
| Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA) | | | | | 28.005 |
| Atendimento Ambulatorial - Total | | | | | 119.352 |
| Consulta médica | | | | | 76.521 |
| Atendimento não médico | | | | | 42.831 |
| HD/Cirurgia ambulatorial | | | | | 3.686 |
| SADT - Total | | | | | 71.253 |

| Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2015 | | | | | |
|--|-------------|---------|-------------|---------|------------|
| Linha de Contratação | 1º Semestre | | 2º Semestre | | Total 2015 |
| | Contra- | Realiz- | Contra- | Realiz- | |
| | tado | zado | tado | zado | |
| Internações | | | | | |
| Saída Hospitalar - TOTAL | 5.622 | 6.101 | 5.626 | 6.005 | 12.106 |
| HD/Cir. Ambulatorial - Total | 2.028 | 1.830 | 2.028 | 1.856 | 3.686 |
| Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência) | | | | | |
| Consulta de urgência | 13.200 | 15.566 | 13.200 | 12.439 | 28.005 |
| Consulta de urgência | 13.200 | 15.566 | 13.200 | 12.439 | 28.005 |
| Atendimento Ambulatorial - Total | 63.486 | 60.386 | 63.486 | 58.966 | 119.352 |
| SADT Externo - Total | 31.692 | 35.031 | 31.692 | 36.222 | 71.253 |

10 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de Agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **R\$ 18.711.180,62**. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da In-

terpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica de receita em **R\$ 15.022.497,93**. Em 2014, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou **R\$ 17.660.816,80**. **10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceira pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2015 atingiu um montante de **R\$ 527.859,20**. Em 2014 o referido valor de receita totalizou **R\$ 388.586,17**. **10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2015 foi de **R\$ 3.160.823,49**. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2014, esse montante foi de **R\$ 3.303.657,80**. **11 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2015, o trabalho voluntário estatutário representou **R\$ 9.028,13**; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram **R\$ 21.911,04**. Em 2014 a entidade entendeu por bem não mensurar esta atividade. **12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: - Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; - As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e - Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2015.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Dr. Jorge Márcio dos Santos Salomão - Diretor Técnico

Janaina Viana Ribeiro - Contadora - CRC-1SP 314.455/O-4

Ata da 24ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: **Data, Horário e Local:** Ao 18º dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Clóvis R. Nakai, Dra. Maria Inês Dolci e o Sr. José Eduardo Ribeiro, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchionni ("Padre Ticão") e Dr. Paulo Paiva. **Convidados:** Profs. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur, Dr. Anderson Viar Ferraresi, Sra. Thais Pinhão e os Srs. Enio Santos e Srs. Mateus Ferreira e Ricardo Monello - Auditores Associados da Audisa. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2015 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: 1. Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospi-

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Thiatiane Paixão Alves, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. São Paulo, 18 de Abril de 2016. Thiatiane Alves - Secretária, Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo SPDM.

tal São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUA), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19 de Abril de 2016. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do

continua

Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A.P.S. (P.A.P.S.), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPI-RA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Infor-

mação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 11 de Abril de 2016. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg

Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria - 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos

auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião sobre as demonstra-**

ções contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 31 de março de 2016. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.**

MDR Participações S.A.

CNPJ nº 15.558.758/0001-17

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as contas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

| Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$) | | | | | Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$) | | | | | |
|--|--------------|---------------------|---------------|---------------------|--|--------------|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | | |
| | 2015 | 2014 (não auditado) | 2015 | 2014 (não auditado) | | 2015 | 2014 (não auditado) | 2015 | 2014 (não auditado) | |
| Ativo Circulante | | | | | Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 229 | 8 | 2.651 | Lucro líquido do exercício | | 910 | 901 | 1.027 | 2.569 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 6.912 | Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | | | | |
| Estoques | 7 | - | - | 3.775 | Depreciação e amortização | 10 | 1.935 | - | 3.941 | - |
| Impostos a recuperar | 8 | 48 | 3 | 81 | Resultado de equivalência patrimonial | 9 | (4.578) | (1.211) | - | - |
| Outros créditos | | 28 | 1 | 223 | Baixa de imobilizado | 10 | - | - | 645 | - |
| Total do Ativo Circulante | | 305 | 12 | 13.642 | Juros sobre empréstimos e financiamentos | | 173 | - | - | - |
| | | | | | Provisão para riscos | 16 | - | - | 99 | - |
| Ativo Não Circulante | | | | | Outros | | - | - | (59) | - |
| Investimentos | 9 | 56.681 | 29.458 | - | Varição nos ativos e passivos operacionais: | | | | | |
| Outros créditos | | - | - | 238 | Contas a receber | | - | - | (3.130) | (2.081) |
| Imobilizado | 10 | 475 | - | 36.617 | Estoques | | - | - | (1.547) | (1.043) |
| Intangível | 11 | - | - | 16.052 | Impostos a recuperar | | (45) | - | (62) | (19) |
| Total do Ativo não Circulante | | 57.156 | 29.458 | 52.907 | Outros créditos | | (27) | 307 | (85) | 320 |
| | | | | | Fornecedores | | 247 | 2.833 | 2.119 | 3.168 |
| Total do Ativo | | 57.461 | 29.470 | 66.549 | Obrigações trabalhistas e previdenciárias | | 139 | 4 | 1.800 | 408 |
| | | | | | Obrigações tributárias | | 78 | - | 666 | 747 |
| | | | | | Outras obrigações | | (1.581) | - | (1.581) | (1.183) |
| | | | | | Caixa Gerado pelas Operações | | (2.749) | 2.834 | 3.833 | 2.886 |
| | | | | | Juros pagos de empréstimos e financiamentos | | (173) | - | - | - |
| | | | | | Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais | | (2.922) | 2.834 | 3.833 | 2.886 |
| | | | | | Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | | | |
| | | | | | Investimentos | | (792) | (15.196) | - | - |
| | | | | | Recebimento de dividendos | 9 | 3.443 | - | - | - |
| | | | | | Aquisição de imobilizado e intangível | 10/11 | (152) | - | (3.294) | (16.479) |
| | | | | | Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento | | 2.499 | (15.196) | (3.294) | (16.479) |
| | | | | | Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | | | | |
| | | | | | Aumento de capital | 17 | 500 | 6.000 | 500 | 6.000 |
| | | | | | Captação de empréstimos e financiamentos | | 144 | - | 1.000 | 8.050 |
| | | | | | Captação de empréstimos - partes relacionadas | | - | 6.410 | - | - |
| | | | | | Distribuição de lucros | | - | (71) | (474) | - |
| | | | | | Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento | | 644 | 12.339 | 1.026 | 14.050 |
| | | | | | Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa | | 221 | (23) | 1.565 | 457 |
| | | | | | Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | 5 | 8 | 31 | 1.086 | 629 |
| | | | | | Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | 5 | 229 | 8 | 2.651 | 1.086 |
| | | | | | Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa | | 221 | (23) | 1.565 | 457 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$) | | | | | Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$) | | | | |
|---|--------------|---------------------|-------------|---------------------|--|--------------|---------------------|-------------|---------------------|
| Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
| | 2015 | 2014 (não auditado) | 2015 | 2014 (não auditado) | | 2015 | 2014 (não auditado) | 2015 | 2014 (não auditado) |
| Resultado Financeiro | | | | | Resultado Financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | 23 | 1 | - | 63 | Receitas financeiras | 23 | (173) | (21) | (273) |
| Despesas financeiras | | | | | Despesas financeiras | | | | (82) |
| Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | | | | Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | 910 | 901 | 2.571 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | | | | Imposto de Renda e Contribuição Social | | | | 3.778 |
| Correntes | 19 | - | - | (1.544) | Correntes | 19 | - | - | (1.209) |
| Lucro Líquido do Exercício Atribuível à: | | | | | Lucro Líquido do Exercício Atribuível à: | | 910 | 901 | 1.027 |
| Participação acionistas controladores | | | | | Participação acionistas controladores | | | | 910 |
| Participação minoritários | | | | | Participação minoritários | | | | 901 |
| Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro | | 1.082 | 922 | 2.781 | Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro | | 1.027 | 901 | 2.569 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$) | | | | |
|---|--------------|---------------------|-------------|---------------------|
| Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
| | 2015 | 2014 (não auditado) | 2015 | 2014 (não auditado) |
| Lucro Líquido do Exercício | | 910 | | 901 |
| Outros resultados abrangentes | | - | | - |
| Resultado Abrangente Total do Exercício Atribuível à: | | 910 | | 901 |
| Participação acionistas controladores | | | | 910 |
| Participação minoritários | | | | 901 |
| Resultado Abrangente Total do Exercício Atribuível à: | | 910 | | 901 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$) | | | | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|---|-------------------------------|--------------------------|--|--|
| Nota Explicativa | Capital Social | Capital Social a Integralizar | Reserva de Lucros | | Lucros Acumulados | Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores | Participação não Controladora | Patrimônio Líquido Total | | |
| | | | Reserva Legal | Reserva Lucros | | | | | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 | | | | | 1.041 | 11.141 | | 11.141 | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 6.000 | - | - | - | 6.000 | - | 6.000 | | |
| Lucro Líquido do exercício | | - | - | - | 901 | 901 | 1.668 | 2.569 | | |
| Distribuição de lucros | | - | - | - | (71) | (71) | - | (71) | | |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | - | - | 42 | (42) | - | - | - | | |
| Transferência para reserva de lucros | | - | - | - | (1.830) | - | - | - | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2014 | | 6.000 | | 42 | | 17.971 | 1.668 | 19.639 | | |
| Aumento de capital | | 42.054 | (6.000) | - | - | 36.054 | - | 36.054 | | |
| Lucro Líquido do exercício | | - | - | - | 910 | 910 | 117 | 1.027 | | |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | - | - | 46 | (46) | - | - | - | | |
| Transferência para reserva de lucros | | - | - | - | (865) | - | - | - | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 17 | 52.154 | | 87 | | 54.935 | 1.785 | 56.720 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1) Contexto operacional: A MDR PARTICIPAÇÕES S.A. é uma companhia fechada, com prazo de duração indeterminada, localizada na cidade de São Paulo/SP, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral, e tem por objeto social a exploração como Holdings de instituições não financeiras. Em 2015 a Companhia teve sua razão social alterada de FCM Participações S.A. para MDR Participações S.A. A Companhia nesse mesmo ano incorporou a MDPZ Participações S.A. conforme deliberação em Assembleia. **2) Apresentação das de-**

monstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária. **3) Principais práticas contábeis:** Apuração de resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal. Investimentos: Avaliados pelo custo de aquisição, acrescidas da equivalência patrimonial credoras. **4) Eventos subsequentes:** Em 31/12/15, não houve qualquer evento subsequente relevante que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações apresentadas. **5) Capital social:** O capital social subscrito e integraliza-

do é de R\$ 52.154.425 (cinquenta e dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco reais) representado por 425.248 (quatrocentos e vinte e cinco mil duzentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Composição da Diretoria

Fernando Makiyama - **Diretor Administrativo Financeiro**
Rodrigo Brandão dos Santos Baptista - **Diretor de Operações**
Adriana Lurdes Michel - **Diretora Controller**
Edson Donizette Pires - Contador CRC - SP nº 234409/O-6

As demonstrações financeiras completas e o relatório dos auditores independentes estão à disposição na sede da Companhia.